

O SISTEMA MUNDIAL CONTEMPORÂNEO: UMA CONTRIBUIÇÃO PARA O DEBATE SOBRE DESENVOLVIMENTO NA TEORIA DO SISTEMA-MUNDO

Analúcia Danilevicz Pereira¹
Salvatore Gasparini Xerri²

Introdução

O sistema internacional constitui-se, desde sua origem, de relações de poder desiguais. O poder de um Estado, portanto, é medido pela sua capacidade de implementar políticas decisivas tanto no campo econômico, como militar. Nas últimas décadas, a mudança das rivalidades estratégicas desencadeou uma profunda instabilidade internacional e transformou todos os marcos de referência analítica e suas noções. Presenciamos, então, não apenas uma desordem internacional como também a imprecisão analítica para entender tais transformações.

O sistema internacional é um sistema historicamente construído. E foi este sistema que articulou a África Moderna assim como outras regiões mundiais que se transformaram na sua periferia. O colonialismo se constituiu como uma fase decisiva, pois definiu as bases estruturais do sistema internacional. Com o avanço da Revolução Industrial, a concorrência internacional exacerbada produziu a vaga imperialista que lançou as bases para os conflitos político-militares. Com o fim da Segunda Guerra Mundial, em que pese as diferenças dos discursos político-ideológicos, o objetivo das políticas de desenvolvimento foi similar no chamado Terceiro Mundo. Nesse sentido, a discussão proposta neste estudo pretende apoiar, teoricamente, os estudos africanos.

¹ Departamento de Economia e Relações Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil. E-mail: ana.danilevicz@ufrgs.br

² Departamento de Economia e Relações Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil. E-mail: sgxerri@gmail.com

O estudo do Sistema Mundial e da História das Relações Internacionais tem sido abordado de forma compartimentada e pouco integrada ao *mainstream* teórico das Relações Internacionais. Faz-se necessário empreender um esforço integrativo para associá-lo ao estudo da Teoria do Sistema-Mundo. Essa, por sua vez, tem sido tratada como objeto de um debate teórico com limitada fundamentação empírica, apenas como uma espécie de subárea da análise do desenvolvimento mundial do capitalismo.

A Teoria do Sistema-Mundo enfatiza o estudo do sistema capitalista mundial e suas dinâmicas abordando as relações de poder estabelecidas neste sistema. Para tanto, ela identifica uma clivagem entre os países mais bem posicionados, localizados no centro da dinâmica capitalista, e os menos privilegiados, classificados como semiperiféricos e periféricos. Com base nisso, percebe-se uma relação entre a estrutura proposta por essa escola e a noção de desenvolvimento (embora não explícita), pois a utilização de categorias baseadas na desigualdade dos benefícios obtidos com a participação dos diferentes Estados na economia mundial, dada a apropriação e organização dos fluxos globais de mais-valia, leva ao questionamento da possibilidade de modificar sua posição no sistema. Especificamente, faz pensar sob quais condições poderia um país ascender ao seu centro e dominar as relações com os outros Estados. Para tanto, é necessário estudar os processos que levaram à configuração do sistema-mundo na forma que o conhecemos hoje.

E ainda, ao pensarmos sobre os elementos estruturais que conduziram à desigualdade entre as classes e as nações, e o aparato repressivo para manter tais desigualdades, é necessário incorporar ao debate a análise de outras categorias que explicam as rupturas históricas à hierarquia estabelecida pela economia-mundo capitalista ocidental – as Revoluções. A igualdade e o desenvolvimento autônomo (isolado da economia-mundo capitalista) não são, simplesmente, ideais. São experiências históricas concretas, resultantes do domínio das condições modernas de desenvolvimento e amplamente apropriadas pelas sociedades em questão.

Contudo, se na década de 1990, sob o Consenso de Washington, o neoliberalismo consolidou-se como diretriz organizativa do sistema capitalista, também produziu novas contradições às condições de desenvolvimento no centro da economia mundo-capitalista. Temos, portanto, que falar sobre a necessidade intrínseca da radicalização neoliberal e de um novo nível de disputa entre as classes capitalistas mundiais. Mesmo tendo sido elaborada nos anos 1970, é nesse momento que a Teoria do Sistema-Mundo deve, novamente, ganhar projeção, dado o espaço aberto pela derrocada das Teorias da Dependência e a continuidade de crises sob o neoliberalismo.

Economia-Mundo Capitalista: Contexto e Conceitos

O pensamento de Fernand Braudel foi central na elaboração da Teoria do Sistema-Mundo. Braudel fornece as bases teóricas e conceituais que são utilizadas para elaborar o entendimento de Sistema-Mundo aplicado neste estudo, com destaque para suas considerações sobre os aspectos espaciais e temporais da economia-mundo capitalista.

Braudel analisa como se apresenta o espaço das chamadas economias-mundo. Para o autor, essas superfícies limitadas correspondem a “[...] um pedaço do planeta economicamente autônomo, capaz, no essencial, de bastar a si próprio e ao qual suas ligações e trocas internas conferem certa unidade orgânica [...]” (Braudel 2009, 12), sendo também o maior espaço de coerência de relações e atividades humanas, existindo desde os primórdios da civilização. A variação dos seus limites é lenta, pois, para a maior parte dos intercâmbios, ultrapassar suas fronteiras implicaria perdas maiores do que ganhos.

As economias-mundo incluem um único centro, sempre um polo urbano, uma cidade capitalista dominante, que por sua vez é rodeada por cidades-etapa, que apoiam (voluntariamente ou não) o ordenamento imposto pela cidade central. Esta apresenta “[...] precoce e forte diversificação social [...]” (Braudel 2009, 3:21), com as classes divergindo e acentuando a desigualdade social, pois aí ocorre com frequência carestia e inflação. Essas “cidades-mundo” sucedem-se, dialeticamente, transformando a economia-mundo, e assim afetando toda estrutura, já que os elementos que apoiam seu domínio são “[...] navegação, negócios, indústria, crédito, poder ou violência política [...]” (Braudel 2009, 3:25), e suas diferentes combinações e configurações orientam o conjunto, ao mesmo tempo em que as demandas de um sistema em constante renovação favorecem determinadas características.

Ao redor da cidade central, a economia-mundo divide-se em “[...] três categorias pelo menos: um centro restrito, regiões secundárias bastante desenvolvidas e finalmente enormes margens exteriores [...]” (Braudel 2009, 3:29). Assim:

O centro, o “coração”, reúne tudo o que há de mais avançado e de mais diversificado. O anel seguinte só tem uma parte dessas vantagens, embora participe delas: é a zona dos “brilhantes secundários”. A imensa periferia, com os seus povoamentos pouco densos, é, pelo contrário, o arcaísmo, o atraso, a exploração fácil por parte dos outros. Essa geografia discriminatória ainda hoje logra e explica a história geral do mundo, se bem que esta, ocasionalmente, também crie por si mesma o logro com a sua convivência (Braudel 2009, 3:29).

A semiperiferia, região para o autor dos “brilhantes secundários”, em particular, apresenta dificuldades em seu reconhecimento. Sugere-se, assim, que a identificação seja realizada pelos:

[...] critérios dos preços, dos salários, dos níveis de vida, do produto nacional, da renda *per capita*, da balança comercial, pelo menos sempre que os números estão ao nosso alcance.

Mas o critério mais simples, se não o melhor, pelo menos o mais imediatamente acessível, é a presença ou ausência, numa determinada região, de colônias mercantis *estrangeiras*. Quando está bem colocado em determinada cidade, em determinado país, o mercador estrangeiro indica por si só a inferioridade dessa cidade ou país relativamente à economia de que ele é representante ou emissário (Braudel 2009, 3:29–30).

As zonas da economia-mundo se organizam hierarquicamente ao redor do centro. Os tipos de ligação entre as diferentes regiões demoram a se transformar, pois os laços comerciais que fundamentam sua variedade, dada a desigualdade das trocas ocorridas, são formados através de séculos e ocasionalmente (re)ordenados em favor de um centro dominante ascendente, que assegura o controle dos pontos estratégicos de acumulação mediante quaisquer meios necessários. A economia-mundo, fechada em si mesma, depende de “alavancas” para seu bom funcionamento – o comércio e o crédito são as principais. O próprio nível de preços no centro atua como condicionante para o todo do sistema. Assim, Estados no centro têm de ser fortes, capazes de atuar interna e externamente em favor do poder econômico a eles relacionado.

Sobre as demais esferas do sistema-mundo, além da econômica, o autor nota que:

[...] seria um erro imaginar a ordem da economia-mundo governando toda a sociedade, determinando, por si só, as outras ordens da sociedade. Pois há outras ordens. Uma economia nunca está isolada. O seu território, o seu espaço são os mesmos onde se instalam e vivem outras entidades – a cultura, o social, a política – que incessantemente interferem nela para a favorecer, ou então para a contrariar (Braudel 2009, 3:35).

Com a emergência e expansão da economia-mundo capitalista, contudo, “[...] a primazia econômica torna-se cada vez mais pesada: orienta, perturba, influencia as outras ordens. Exagera as desigualdades³, encerra

³ Braudel (2009) destaca o papel do capitalismo como antimercado. Se o mercado se apresenta

na pobreza ou na riqueza os coparticipantes da economia-mundo, atribuí- lhes um papel e, ao que parece, por muito tempo” (Braudel 2009, 3:37). Tal fenômeno fundamenta-se na apropriação e organização dos fluxos globais de mais-valia. Graças a isso, fortalece-se a divisão internacional do trabalho, pois as superestruturas que asseguram o condicionamento de cada país ao seu papel passam a ser orientadas pelos elementos materiais das suas relações. Sua evolução, assim:

[...] não é fruto de vocações que se possam considerar “naturais” e óbvias, ela é uma herança, a consolidação de uma situação mais ou menos ancestral, lentamente, historicamente desenhada. A divisão do trabalho em escala do mundo (ou de uma economia-mundo) não é um acordo concertado e previsível a cada momento entre parceiros iguais. Estabeleceu-se progressivamente, como uma cadeia de subordinações que se determinam umas às outras. A troca desigual, criadora da desigualdade do mundo, e, reciprocamente, a desigualdade do mundo, criadora obstinada da troca, são velhas realidades. No jogo econômico, sempre houve cartas melhores do que outras e às vezes, muitas vezes, marcadas. [...]

Moral da História: [...] O passado também tem sempre algo a dizer. A desigualdade do mundo deriva de realidades estruturais, que demoram muito para se instalar – e demoram muito para desaparecer (Braudel 2009, 3:37-40).

Cabem, por fim, considerações a respeito de o motivo de ter surgido na Europa o Sistema-Mundo moderno, na forma de uma economia-mundo, em vez de um império-mundo. Este, caracterizado pelo domínio de um império sobre uma economia-mundo inteira, seria uma formação arcaica resultante de um triunfo da política sobre a economia. Sua consequência era, em geral, o estrangulamento da expansão econômica. As formações políticas da Europa, desde sua Idade Média, impediram que nela se estabelecesse um império-mundo, posicionando-a privilegiadamente para o nascimento e expansão do capitalismo. O fato de muitas semiperiferias conviverem nela em proximidade, pressionando o centro e acelerando seu desenvolvimento, foi determinante nesse sentido, não ocorrendo tal configuração em outras regiões do mundo.

No mesmo sentido, Amin (1997) nota a presença de elementos protocapitalistas em diversos sistemas-mundo antigos, que ele denomina tributários, e sua existência sugeria a possibilidade de transição a um modo de produção capitalista. Em todos os casos, contudo, eles se encontravam

como o lugar das trocas, onde ocorreriam ganhos normais, o capitalismo favorece os grandes lucros, em uma lógica predatória.

submetidos às estruturas tributárias dominantes, em que o poder conduzia à riqueza (em oposição ao capitalismo, em que a riqueza garante o poder). A característica europeia de atomização política feudal impôs desafios à submissão do econômico, e a posição periférica do continente em relação aos demais sistemas-mundo afro-euroasiáticos, relacionada ao movimento de expansão que levou à colonização da América, permitiu o rápido amadurecimento dos elementos protocapitalistas, inaugurando um período de transição marcado pelo mercantilismo. Estes (burgueses e camponeses integrados ao sistema mercantil) viriam então, ao se combinar com os vestígios da estrutura feudal de dominação, a estabelecer as bases do Estado absolutista.

Considerando estar o estabelecimento do sistema-mundo moderno e contemporâneo relacionado à formação da economia-mundo capitalista, Osterhammel e Petersson (2005) investigam o processo de globalização, que resultou na expansão e alcance planetário do sistema. Os autores sustentam que a globalização se inicia entre 1450 e 1500, já que nesse período: (a) os Portugueses abriram o caminho para a Ásia, tendo estabelecido uma rota que alcançava Macau já em 1557; (b) uma revolução militar levou ao desenvolvimento de artilharia e armas de fogo; (c) a colonização das Américas permitiu aos europeus criar novos espaços políticos e econômicos monopolizados, sem enfrentar concorrência de estruturas anteriores (já que eles destruíram as nativas); (d) ocorreram “migrações” na fauna e na flora ao redor do mundo, levando mesmo a adaptações de sociedades inteiras; e (e) o desenvolvimento da imprensa de Gutenberg permitiu uma revolução nas comunicações.

Esses elementos, para os autores, fundamentam a globalização pois expandiram as esferas de interação existentes e criaram novas. Uma das principais foi o Atlântico, que se tornou um “lago europeu”. Foi possível, assim, estabelecer *plantations* na região, que mobilizaram o tráfico de africanos escravizados, levando as migrações em massa a um novo patamar. O comércio triangular seria o primeiro exemplo de uma rede ligando a Eurásia e as Américas, com reflexos profundos em todos os lugares em que sua presença se fez sentir, e seus ecos repercutindo em todo o mundo. Por sua vez, a mineração de prata na América espanhola foi a primeira rede de comércio verdadeiramente global, sendo um dos poucos fenômenos capazes de penetrar o isolado Extremo Oriente.

A partir desse momento, a região no mundo com mais intensas interações foi o Ocidente, de forma tal que mesmo os eventos que pareceriam estritamente domésticos impactavam profundamente na economia global. Era essa região o centro produtor de bens de consumo e produção, do que resultava não ser apenas exportadora destes, mas também de capitais e tecnologias. Com isso, a desigualdade de riqueza entre os centros e as

periferias em 1913 chegou a uma relação de 10:1 (em 1820 era de 3:1). Nota-se que a globalização não ocorreu entre economias nacionais já estabelecidas, mas sim de forma paralela e simultânea à sua formação, cabendo destacar as reações que provocou, com o protecionismo voltando a ser dominante a partir de 1878 (seguindo o pensamento de List). Resultado disso foi a politização da globalização (já que as novas barreiras não eram grandes a ponto de impedir o processo), que se tornou um elemento utilizado para fortalecer o poder estatal como um instrumento a ser controlado e utilizado em favor do interesse nacional (Osterhammel e Petersson 2005).

Braudel situa, nesse contexto, as divisões temporais dentro da economia-mundo europeia, buscando “[...] a unidade temporal de referência mais longa e que, a despeito da sua duração e das múltiplas alterações, conserva, ao longo do tempo, uma inegável coerência” (Braudel 2009, 3:58). Para isso o autor se vale dos ritmos conjunturais da economia, destacando a validade da observação das variações dos níveis de preços para a comprovação da integração de determinada área em uma economia-mundo, o que ao mesmo tempo torna possível estudar como alterações no centro afetam as demais regiões. Dos ciclos econômicos conhecidos, é destacado o ciclo (ou tendência) secular⁴:

Um ciclo secular, como qualquer outro ciclo, tem um ponto de partida, um pico, um ponto de chegada, mas sua determinação, dado o traçado pouco acidentado da curva secular, mantém-se bastante aproximativa. Se pensarmos em seus picos, diremos *cerca de 1350, cerca de 1650...* Segundo os dados atualmente admitidos, distinguem-se quatro ciclos seculares sucessivos no que se refere à Europa: 1250 [1350] 1507-1510; 1507-1510 [1650] 1733-1743; 1733-1743 [1817] 1896; 1896 [1974?]... A primeira e a última data de cada um desses ciclos marcam o início da subida e o fim da descida; a data média entre colchetes assinala o ponto culminante, lugar das inversões da tendência secular, o que equivale a dizer da *crise* (Braudel 2009, 3:65).

Nota-se, na análise do autor, a inclusão de um período de tempo que antecede a emergência do capitalismo como economia-mundo. Isso ocorre dada a referência nos níveis de preços, indicando uma precoce integração das economias locais europeias, relacionada à crescente importância adquirida pelo comércio a partir das crises do feudalismo. Com isso, por volta de 1350, estabelece-se um papel predominante das cidades italianas, particularmente Veneza, na formação da economia-mundo europeia. Por volta de 1650, por

4 Denominado pelo autor *trend* secular.

sua vez, emerge Amsterdam como centro dos fluxos europeus, e 1817 define a hegemonia britânica sobre a economia-mundo capitalista. Braudel vê no período inaugurado em 1974 uma nova crise sistêmica, podendo levar a uma reorganização e conformação de novo Centro.

Cabe observar, também, que os momentos de crise sistêmica não são os únicos em que o estabelecimento de uma hegemonia se torna possível. Arrighi (1996) oferece uma cronologia das hegemonias europeias que inclui as potências que organizaram seu domínio em inversões positivas do *trend* secular. Assim, além das já relacionadas, são citadas as hegemonias espanhola (que emerge por volta dos anos 1500), e estadunidense (originada no início do século XX). A inversão cíclica da metade do século XVIII é marcada pela disputa entre França e Inglaterra pela supremacia no sistema, sinalizando um momento de particular desorganização da economia-mundo europeia. Tal fenômeno é parte do debate a respeito do marco temporal que indica a ascensão do capitalismo como economia-mundo.

O comportamento das diferentes esferas da vida ao longo dos ciclos seculares varia conforme flutua o *trend* secular. Braudel nota que, quando sua trajetória é positiva, todo o sistema é beneficiado, e se fundam as bases para a configuração de um novo Centro. Apesar disso, o aumento da produtividade leva a um descompasso entre a inflação e os salários, piorando as condições de vida da população. Quando ela é negativa, por outro lado, os países se tornam mais protecionistas, acarretando uma maior desigualdade entre as regiões. Ao mesmo tempo, a desaceleração da acumulação aproxima os salários dos níveis de preços, beneficiando a população. O autor chama a atenção para o fato de que antes da Revolução Industrial todas as crises acarretavam uma redução demográfica que reforçava as vantagens para a população sobrevivente, mas que a partir dela esse deixa de ser o caso, podendo anular os efeitos anteriormente descritos da crise sobre o povo e fazendo recair sobre ele suas piores consequências.

Mais-Valia Global: Fluxos de Capital no Sistema Interestatal Moderno e Contemporâneo

Esta seção busca explorar como o centro se diferencia das demais regiões. Particularmente, se analisa como é mantida a diferenciação entre os países ditos desenvolvidos e os demais, no que é identificada a importância da transferência de mais-valia das periferias e semiperiferias para o centro como determinante para o fenômeno.

Apesar de a apropriação de mais-valia ser característica do modo de

produção capitalista em sua totalidade, Amin (1997) nota que nas periferias e semiperiferias do sistema a exploração é maior, com parte dela sendo direcionada ao centro. Disso depreende-se, em nível mundial, uma divisão entre um exército ativo (o proletariado do centro) e um exército de reserva (o proletariado das periferias e semiperiferias). Em outras palavras, a condição de sobre-exploração do trabalho no resto do mundo logra garantir melhores condições de vida e pacificar os trabalhadores do centro.

Além de resultar na adoção de estratégias antissistêmicas diferentes em cada região (reformadora ou social-democrata no centro e revolucionária na periferia)⁵, assegura-se assim a continuidade de uma polarização na economia-mundo capitalista e a concentração de recursos nos países ditos desenvolvidos, que por meio da divisão internacional do trabalho logram controlar e organizar a seu favor o sistema como um todo, mantendo suas vantagens em relação aos demais. Do conceito de polarização:

[...] se depreendem no mínimo as seguintes proposições: a) em geral, a exploração do trabalho nas periferias é muito mais intensa nas periferias do que no centro (o diferencial na remuneração do trabalho – assalariado e outros – é muito mais amplo que o diferencial das produtividades). O produto desta sobre-exploração, que beneficia o capital, que domina o conjunto do sistema, se transfere em parte aos centros, através das trocas comerciais, e se reforça com as migrações de capital e trabalho. O discurso dominante, que busca negar ou minimizar os efeitos desta transferência, não passa de uma legitimação ideológica, que pretende ocultar os vínculos intrínsecos entre o capitalismo e a polarização; b) por si só, a transferência de valor em detrimento das periferias constitui uma força capaz de reproduzir e aprofundar a polarização, pelo peso negativo gigantesco que representa às periferias, por mais que, nas estatísticas, possa parecer por vezes menor, em comparação ao excedente gerado pelos centros; c) as vantagens que beneficiam o centro não se produzem exclusivamente, nem sequer principalmente, pela organização mais eficaz de seu trabalho (produtividade do trabalho muito mais elevada); também se produzem pelo poder monopolístico que os centros exercem na divisão mundial do trabalho (Amin 1997, 69, tradução nossa).

Faz-se necessário, a partir disso, estudar o ciclo de hegemonias na economia-mundo capitalista, cuja sucessão estabelece uma relação dialética com a evolução do próprio sistema, transformando-o e sendo por suas mudanças influenciado. Com base nos entendimentos assim sugeridos, torna-se possível abordar como a divisão internacional do trabalho permite

⁵ Em particular, a questão das revoluções será tratada na próxima seção.

ao centro organizar o mundo em seu favor, apropriando-se da mais-valia das periferias e semiperiferias de forma a manter seu próprio desenvolvimento.

Ao longo da história da economia-mundo capitalista, identifica-se uma sucessão de Estados hegemônicos, que Arrighi (1996, 27) define como países que adquiriram a capacidade de “[...] exercer funções de liderança e governo sobre um sistema de nações soberanas”. O autor nota que a hegemonia depende tanto da competição entre Estados quanto da sua necessidade coletiva de se afirmar frente aos seus cidadãos, podendo, basicamente, encontrar justificativa na defesa dos Estados contra os cidadãos ou dos cidadãos contra os Estados. É, também, necessária a existência de uma certa medida de caos sistêmico para que tal liderança possa ser admitida, contribuindo para o convencimento dos demais atores de que a aceitação da hegemonia é menos custosa do que a competição desregrada.

Adota-se, neste estudo, o entendimento sustentado por Teschke (2003), Osterhammel e Petersson (2005) e Amin (1997), de que a primeira hegemonia capitalista moderna teria sido a britânica. Em particular, Amin (1997), ao relacionar a característica cíclica do sistema com as alterações de natureza inovativa (econômica ou de outro tipo) que permitiram uma expansão do capitalismo em nível mundial, destaca que buscar tais ciclos antes de 1800 implica uma desconexão entre a base econômica e a superestrutura político-ideológica. Para o autor, o aspecto fundamental da sucessão de hegemonias capitalistas é a dialética entre o nacional e o sistema mundial. Por isso, o autor entende que só pode ser observada uma hegemonia a partir do século XIX, sob os britânicos, com seu domínio financeiro e industrial. Ainda assim, não pode ser desconsiderada a posição inglesa frente ao equilíbrio europeu.

Analisando as consequências do caos sistêmico que culminou nas duas Guerras Mundiais, os estudiosos observam que os Estados Unidos assumiram a hegemonia. Osterhammel e Petersson (2005) notam que eles alcançaram sua posição de liderança sem que necessariamente a tenham conscientemente buscado, considerando sua hesitação em se envolver na política e economia mundiais. Ela foi eventualmente obtida não apenas pela via econômica, mas também dados seus traços culturais:

Produção em massa, consumo em massa, e cultura de massa eram as palavras de ordem que eram associadas ao “Americanismo” naquele período. A habilidade da indústria estadunidense de produzir em massa bens estandardizados, a administração científica de Frederick Taylor, e a produção em linha de montagem de Henry Ford fascinavam a Europa e prometiam criar lucros excedentes que seriam divididos entre os empregados e o empregador. Como motor da produção em massa, o consumo em massa parecia abrir as portas para a prosperidade e a paz social. [...] Mais

controversas do que o Taylorismo e o Fordismo eram as mudanças sociais e culturais que eram interpretadas como sendo parte da “Americanização” que ocorria desde o final do século XIX mas especialmente desde a década de 1920.

[...] Os produtos da indústria de entretenimento norte-americana se mostraram muito menos difíceis de propagar através de fronteiras. Na sociedade imigrante estado-unidense, formas de produção cultural haviam evoluído que eram fáceis de comercializar pois faziam uso de expressões idiomáticas inteligíveis através de barreiras culturais e aplicavam as mais novas tecnologias para gravação de sons e imagens (Osterhammel e Petersson 2005, 108–9, tradução nossa).

Silver e Slater (2001) também destacam que, com o final da Segunda Guerra Mundial, a concentração de poder militar e financeiro nos Estados Unidos lhes posicionavam estrategicamente para assumir a condição de *hegemon*⁶, mas para tanto era necessário oferecer uma resposta ao desafio representado pela insatisfação social. Isso só seria possível ao não apenas reprimir e solapar o poder de barganha dos grupos subalternos da hegemonia norte-americana, mas também propor reformas que permitissem a cooptação deles, em um modelo inspirado na experiência do *New Deal*. Esta não apenas ensinou às elites norte-americanas a importância da intervenção do Estado como garantidor da ordem, segurança e justiça para o povo, como também sugeriu o tipo de instituição a ser utilizada para esvaziar as questões sociais e políticas problemáticas: órgãos reguladores “neutros”, que transformassem esses desafios em problemas técnicos.

Os dois conflitos sociais e políticos mais voláteis dos primeiros anos do pós-guerra foram o conflito entre o trabalho e o capital nos países metropolitanos e a revolta anti-imperialista nas colônias. Estes foram reformulados como problemas técnicos de ajuste macroeconômico e de crescimento e desenvolvimento econômicos - problemas que poderiam ser superados pelo uso de conhecimentos científicos e técnicos, com o respaldo do planejamento governamental (Silver e Slater 2001, 213).

Com base nisso, Silver e Slater (2001) apontam que a temática do desenvolvimento foi um recurso utilizado pelos Estados Unidos em sua busca pela hegemonia, para afastar a Ásia e África, em processo de independência, da influência socialista. Surge, nesse contexto, a Teoria da Modernização, que alegava que o desenvolvimento se dava através de uma série de etapas, de acordo com a experiência ocidental, que poderiam ser seguidas por todos os

⁶ Aquele que estabeleceu sua hegemonia.

países e os permitiria alcançar as condições, principalmente, econômicas, mas também políticas e sociais associadas aos países do centro. Com essa promessa, os norte-americanos buscavam cooptar os países da periferia, em um movimento necessário para se afirmar:

Assim como o conflito trabalho-capital foi reformulado como um problema técnico, relacionado à capacidade de o governo reativar a economia em moldes keynesianos, garantindo maior crescimento e produtividade, a “negociação justa” de Truman reformulou o conflito norte-sul [...]. O próprio conceito de desenvolvimento foi uma “invenção” do período que se seguiu à Segunda Guerra Mundial – a resposta norte-americana à necessidade de exercer a liderança [...] (Silver e Slater 2001, 215).

No mesmo sentido, Amin (1997) contesta a proposta de interpretação do desenvolvimento oferecida pela Teoria da Modernização, com a constatação da inescapabilidade da polarização sob o capitalismo, fundamentalmente pela impossibilidade de integração tridimensional (mercadorias, trabalho e capital) do mercado mundial. O autor alerta contra a noção de que o desenvolvimento não pode se dar de forma autônoma, apenas nos marcos do sistema, sublinhando a diferenciação entre desenvolvimento e expansão capitalista, no que reforça a insustentabilidade do sistema, dos pontos de vista ecológico e social. Considera aquele um conceito crítico ao capitalismo (diferentemente do propugnado por Bandung, que queria “alcançar” o centro, e mesmo o dos Estados socialistas, em que se buscava conciliar uma nova sociedade com ideais econômicos capitalistas).

Ocorre que, desde a década de 1970, conforme apontado por Wallerstein (2003, 1992) e Arrighi e Silver (2001) uma série de fenômenos apontam para a erosão da hegemonia estadunidense. Destaca-se a ascensão de rivais econômicos capazes de competir frontalmente com os Estados Unidos (naquele momento, a Europa Ocidental e o Japão), os movimentos contestatórios mundiais de 1968 (que minaram as bases ideológicas do acordo de Yalta), e a derrota na Guerra do Vietnã. Outro marco da crise hegemônica é a financeirização do capitalismo mundial, apontado por Arrighi (1996) como, a um mesmo tempo, resultado e causa de uma insegurança central para a perda de legitimidade da liderança global.

Mais do que os intercâmbios estabelecidos entre países, as relações entre as diferentes regiões da economia-mundo capitalista se dão sob a forma de apropriação de mais-valia global, que permite ao centro manter suas vantagens frente ao resto do sistema. Ressalta-se, com base em Amin (1997), a diferença entre o mercado e o mercado capitalista, cuja relevância

é destacada quando se identifica que as diferentes regiões do mundo antigo não se encontravam isoladas. Por isso, também, o autor vê na indústria a forma “acabada” do capitalismo, por provocar rupturas definitivas em relação ao modelo anterior, destacando assim a estreita relação entre o modo de produção capitalista e o sistema mundial. Lembra-se que o capitalismo é mais do que a associação da propriedade privada, do assalariamento e das trocas comerciais, combinação encontrada em muitos locais do mundo antigo. O “[...] capitalismo somente existe quando o nível de desenvolvimento das forças produtivas implica a fábrica moderna, que utiliza equipamentos mecânicos pesados e não equipamentos artesanais” (Amin 1997, 62). Em épocas ainda mais recentes, ele se expressa também através da financeirização, conforme argumenta Arrighi (1996).

A partir daí emergem duas características fundamentais do mundo moderno, a urbanização e a revolução agrícola, aumentando exponencialmente a produtividade, a tal ponto que a lógica do lucro passa a ser o fundamento da decisão econômica, em um contexto além do artesanal. Isso leva o autor a concluir que a única forma de estudar adequadamente o capitalismo mundial é combinando as perspectivas de modos de produção e do sistema-mundo, já que o mundo moderno é baseado na economia-mundo capitalista.

Amin (1997) aqui propõe uma interpretação alternativa às mais ortodoxas do marxismo, e aponta a necessidade de compreender sua relação estrutural com o moderno sistema de Estados. O autor argumenta haver três elementos complementares de especificidade no mundo capitalista moderno. O primeiro se relaciona ao fato de a lei de valor capitalista passar a reger todo sistema moderno, não apenas a economia. Com isso, a regra deixa de ser o comando da riqueza pelo poder, para passar a ser o comando do poder pela riqueza, estimulando o crescimento das forças produtivas. O segundo baseia-se no fato de o capitalismo ser o primeiro sistema verdadeiramente global, implicando todos os atores nele envolvidos a se integrarem a uma divisão internacional do trabalho, de acordo com uma lei do valor mundial. Esta, por sua vez, leva a uma terceira característica, que é a polarização necessária ao processo de acumulação em escala mundial:

Prefiro analisar o sistema mundial com o conceito inequívoco de polarização, que significa que os centros produzem este sistema em seu conjunto e moldam a modernidade subalterna das periferias, no entendimento de que esta expansão mundial não é apenas sinônimo de desenvolvimento hierarquizado da modernidade, mas também de processo de destruição daquelas partes que se tornam disfuncionais ou que não cabem na lógica global (Amin 1997, 71, tradução nossa).

Ao pensar possíveis alterações na polarização, Amin (1997) observa o recente processo de industrialização de algumas periferias, levando-o a concluir que o mundo tende a tornar-se globalmente industrializado, afetando o processo de acumulação mundial. Identifica-se, a partir daí, que a polarização se dá a partir de outros fenômenos que não a troca desigual: (a) fuga de capitais das periferias ao centro; (b) migração seletiva; (c) monopólio do centro sobre a divisão internacional do trabalho.

Dessa forma, a polarização impede pensar a vantagem dos centros sem se referir à sua posição no sistema mundial, já que mesmo a sua desindustrialização relativa é justificada pela manutenção dos monopólios⁷, garantindo a continuidade da divisão e destacando não ser a industrialização o fundamento da diferenciação entre os atores na economia-mundo capitalista, mas sim esses monopólios.

Nesse sentido, sublinha-se ser característica do modo de produção capitalista, e, portanto, da economia-mundo capitalista, a necessidade de acumulação contínua de capital. A partir da Revolução Industrial, o avanço das contradições inerentes ao modo de produção, oriundas fundamentalmente das suas relações de propriedade, que opõem capital e trabalho, permitiu a sua transformação. Teschke (2003) sustenta que no capitalismo as classes (proprietários e não proprietários dos meios de produção) passam a depender do mercado para sua reprodução. Essa lógica justifica a busca pelo lucro, que por sua vez demanda revoluções constantes nos meios de produção para se sustentar. A inter-relação dessas características confere ao capitalismo uma dinâmica muito particular, orientada pelas suas contradições internas ao capital e entre o capital e o trabalho, redundando em “[...] crescimento demográfico, desenvolvimento tecnológico, especialização, diversificação produtiva, e expansão territorial das relações de mercado” (Teschke 2003, 142).

A partir daí a extração da mais-valia superou o ganho mercantil como principal forma de acumulação de capital, não apenas domesticamente, mas também internacionalmente. A mais-valia global é apropriada de diferentes formas conforme a região da economia-mundo, com o controle pelo centro dos pontos estratégicos de acumulação de capital, mediante monopólios anteriormente citados que lhe garantem as maiores margens de lucro e o domínio sobre as técnicas e instrumentos determinantes em cada período. Sustenta-se, dessa forma, a divisão internacional do trabalho, já que a semiperiferia se torna responsável pelas produções de tecnologia da geração

7 Para Amin (1997), monopólios são os instrumentos que permitem ao centro excluir o resto do mundo do acesso a riquezas. No mundo contemporâneo, eles seriam “[...] o monopólio das tecnologias e o monopólio das finanças mundializadas” (Amin 1997, 68, tradução nossa).

anterior, e a periferia mantém-se ligada fundamentalmente às atividades básicas. Reforça-se, contudo, que nas atividades econômicas controladas nestas regiões pelo centro, das quais a mais-valia gerada é por ele apropriada e transferida, o nível de capital empregado pode ser alto⁸, buscando ampliar ainda mais a mais-valia e, assim, os lucros obtidos.

O domínio do centro sobre o sistema, acima descrito, é ilustrado pelas chamadas Sete Irmãs do Petróleo⁹, que controlaram a indústria petrolífera global entre meados da década de 1940 e meados da década de 1970, quando ocorre a criação da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP). Até a crise do petróleo de 1973, da qual resultou a nacionalização de maioria dos campos de petróleo do mundo, as empresas controlavam cerca de 85% das reservas globais do recurso, que constitui a principal fonte energética do planeta. Dessa forma, os países-sede dessas petrolíferas, invariavelmente localizados no centro da economia-mundo capitalista (Países Baixos, Reino Unido, Estados Unidos) tinham à disposição um elemento de barganha decisivo, lhes permitindo ditar a atividade econômica de qualquer país que dependesse de suas exportações.

Não é mera coincidência a identificação de autores, como Braudel (2009) e Wallerstein (1992, 2003, 2009), do processo de degradação da hegemonia estadunidense e aceleração da decadência da economia-mundo capitalista a partir das crises daquela década, que levaram a uma modificação nos mecanismos utilizados pelo centro para administrar sua relação com o resto do planeta. Em particular, nota-se uma tendência à financeirização do sistema, fenômeno que historicamente marca o amadurecimento e esgotamento de um modelo de acumulação. Destaca-se, conforme observado pelos autores, que são os momentos de crise e transição que permitem a ocorrência de transformações tanto na estrutura quanto nos seus componentes, os Estados, e faz-se necessário, portanto, estudar a forma como se dão tais alterações.

A Questão do Desenvolvimento na Teoria do Sistema-Mundo

Nesta seção busca-se estabelecer, a partir das considerações traçadas nas seções anteriores, o que, na Teoria do Sistema-Mundo e, particularmente, na economia-mundo capitalista, representa o desenvolvimento. Cabe recordar, conforme Braudel (2009), que os desequilíbrios entre as diferentes regiões

⁸ Como exemplificado pela agropecuária brasileira, particularmente nos setores exportadores, que contam com alto nível de capital e tecnologia.

⁹ Royal Dutch Shell, Anglo-Persian Oil Company (APOC), Standard Oil of New Jersey (Esso), Standard Oil of New York (Socony), Texaco, Standard Oil of California (Socal), Gulf Oil.

da economia-mundo capitalista são construídos e consolidados ao longo de séculos, desenhando em seu conjunto a estrutura que caracteriza a divisão internacional do trabalho e, portanto, a divisão entre centro, semiperiferia e periferia. Assim, faz-se necessário abordar o fenômeno das revoluções, que a um só tempo influenciam a trajetória do sistema e possibilitam aos protagonistas do processo evadir as amarras da economia-mundo capitalista, abrindo um caminho para seu desenvolvimento autônomo.

Inicialmente, é necessário precisar o que se entende por revolução. Adota-se, assim, sua interpretação como revoluções sociais e políticas: “[...] eventos históricos separados e comparativamente raros, mas que, longe de serem marginais ou atípicos para a história dos Estados e do sistema internacional, são pontos de transição e de formação sem os quais o mundo moderno não seria como é” (Halliday 1999, 143). O autor apoia tal concepção de forma tripartite, sobre as contribuições de Skocpol, Barrington-Moore e Griewank. Theda Skocpol, por exemplo, definiu as revoluções “[...] com base no grau de transformação da sociedade e da destruição do velho Estado” (Halliday 1999, 143). Nesse sentido, é priorizada a relação entre Estado e revolução, e como a competição internacional abriu espaço para as sublevações, que a um só tempo transformam a estrutura social e política.

Ao mesmo tempo, Halliday (1999) analisa o argumento de J. B. Barrington-Moore, que sugere não existir um caminho não violento para a modernidade. Estudando as diferentes estratégias seguidas por Inglaterra, Estados Unidos, Alemanha e Japão, o autor nota os capítulos violentos na sua trajetória para a industrialização e democracia liberal, seja domesticamente, por intermédio de revoluções e guerras civis, ou internacionalmente, por meio de guerras interestatais. “As revoluções eram, portanto, não aberrações a uma alternativa não violenta, mas uma forma de transição inevitavelmente violenta para uma sociedade moderna e, frequentemente, uma forma que, em escala internacional, foi menos violenta que a alternativa germano-nipônica” (Halliday 1999, 144).

Por fim, Halliday (1999) visita o trabalho de Karl Griewank, que estuda a história do conceito de revolução desde seus primórdios astronômicos. Assim, ao esclarecer seus diversos sentidos, verifica-se que seu uso contemporâneo só se torna possível a partir da Revolução Francesa, não se encaixando em fenômenos que tenham antecedido o sistema interestatal moderno. Passa a lhe ser essencial, portanto, não apenas “[...] a mudança política ou a constitucional, mas também a participação da massa neste processo; o alvo central das revoluções era o controle do Estado [...]” (Halliday 1999, 144).

A partir da tríade que sustenta o pensamento do autor fica evidente o interesse em afirmar a revolução como um processo de transição, uma vez que:

As questões da definição e do papel histórico das revoluções são, com certeza, centrais para qualquer discussão destes levantes no contexto internacional. Quase toda a discussão sobre as revoluções na literatura das RI as percebe em um sentido muito mais frouxo para incluir os golpes e as explosões de violência, o que não as dissolve simplesmente em um espectro behaviorista. A maior parte da literatura das RI supõe também que as revoluções são momentos de colapso, ao invés de transição [...] (Halliday 1999, 144).

Exatamente a perspectiva da revolução como transição importa à discussão, uma vez que contesta estruturas que buscam colocar-se como dadas. Em outras palavras, o processo revolucionário desafia e transforma a economia-mundo capitalista e o sistema interestatal, haja vista seu impacto sobre o sistema ideológico que, em cada período, dialeticamente justifica e é sustentado pela divisão internacional do trabalho.

No que tange ao desenvolvimento, portanto, as revoluções liberais do século XVIII representaram momentos de transição que transformaram espaço-tempo e práticas políticas e de produção (abrindo caminho à ascensão da apropriação da mais-valia). Como resultado, derrubaram-se preceitos tidos até o momento como doutrinas na explicação do mundo e da sociedade, com consequentes transformações nas perspectivas científicas, no campo das exatas, humanas e sociais.

A Revolução Russa de 1917, da mesma forma, marca decisivamente o século XX, uma vez que todos os eventos ocorridos durante a existência da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, e dela originada, foram em maior ou menor medida impactados pelo desafio que representava à economia-mundo capitalista. Mesmo hoje seus reflexos são sentidos, seja por meio das experiências socialistas que sobreviveram a sua derrocada, seja pelo seu legado cultural e intelectual ou, simplesmente, por constituir um exemplo de ruptura ao sistema.

No mesmo sentido, o debate estabelecido pelos autores aqui estudados, considerando a perspectiva crítica adotada, que leva a questionamentos sobre a ordem vigente, participa do processo proposto por Wallerstein (1992) de elaboração de alternativas científicas e culturais. Em um contexto de crise e transição sistêmica, essas contribuições atuam em favor de transformações positivas no sistema-mundo, já que favorecem a construção de um modelo mais justo na distribuição das riquezas (materiais ou não) globais, e, portanto, mais igualitário, tanto na esfera doméstica quanto internacional.

Evidencia-se, a partir das análises propostas, que a própria ideia de

desenvolvimento se apresenta como campo de batalha ideológico, desde sua origem na sequência da Segunda Guerra Mundial, elaborada pelo centro como instrumento de atração das periferias e semiperiferias em processo de independência, passando pelas propostas do Movimento dos Não Alinhados, que sugeria a possibilidade de se equiparar o centro, até as interpretações contemporâneas, que abordam o conceito em relação aos mais diversos âmbitos disciplinares e sociais.

Através da História, e nas diferentes propostas, com frequência perderam-se de vista os elementos estruturais que produzem os diversos níveis de desenvolvimento verificados no mundo, dado serem as circunstâncias e fóruns em que o debate é posto sistemicamente condicionados. Nesse sentido, Amin (1997) alerta que mesmo países que adotam experiências socialistas, ao incorporar perspectivas de desenvolvimento originadas de elementos da economia-mundo capitalista e tentar combiná-las com o objetivo de construção do socialismo, correm o risco de retornar a padrões típicos da estrutura que visam combater. A tentativa de “alcançar” o centro capitalista pode levar à adoção de práticas que favorecem a reintegração ao sistema dominante, em particular quando considerada a tendência e força expansionista da economia-mundo capitalista:

[...] os países chamados socialistas se propunham, com muita confusão, ao mesmo tempo “alcançar” e fazer outra coisa (“construir o socialismo”), e se haviam desconectado – no sentido que dei a este conceito, ou seja, haviam submetido suas relações exteriores à lógica de seu desenvolvimento interno. Os aspectos positivos de suas realizações (um estatismo paternalista sem dúvida, mas com um todo social, que garantia a segurança do emprego e um mínimo de serviços sociais, em contraste com o capitalismo selvagem das periferias capitalistas) provêm de sua origem (uma revolução popular anticapitalista) e da sua desconexão; enquanto seus becos sem saída traduzem por vez a ilusão do “alcance”, que implica a ampla adoção dos critérios do capitalismo (Amin 1997, 72, tradução nossa).

Não obstante, determinadas experiências socialistas, que persistem em seu desafio à economia-mundo capitalista, demonstram a possibilidade de efetivamente desvincular-se dos elementos de dominação deste sistema. Isso é destacado quando sua continuidade se dá além da existência do bloco socialista liderado pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, cuja política externa facilitava a inserção destes Estados.

Neste sentido, cabe explorar como se davam as relações entre os países do bloco socialista. Diferentemente da configuração da economia-mundo capitalista, pautada pela apropriação de mais-valia global por meio da divisão

internacional do trabalho, o modelo socialista baseava-se na solidariedade revolucionária. Assim, mesmo quando incorrendo prejuízos, estabeleciam-se intercâmbios que priorizavam o bem-estar das populações e o sucesso dos regimes parceiros. Por isso, a queda da URSS, na década de 1990, gerou impactos em Estados revolucionários com menos recursos à disposição, tendo em vista a importante proporção de ajuda anteriormente recebida.

Assim, salientam-se os casos cubano, norte-coreano e chinês. Cada um, a seu modo e a partir de condições diversas, buscam construir um modelo alternativo, pautado por ideais socialistas. Tal proposta ganha ainda mais relevo quando se considera que tais experiências se iniciaram em periferias da economia-mundo capitalista, acrescentando ao desafio sistêmico representado por suas revoluções um verniz terceiro-mundista.

Por conseguinte, verifica-se em todos os casos a busca pela internalização dos elementos que constituem o monopólio do centro sobre o sistema capitalista, as finanças e as tecnologias. A partir do momento em que tais instrumentos deixam de atuar em favor da transferência global de mais-valia, a reação da economia-mundo capitalista se torna inevitável, sendo demonstrada pela história a violência dos processos necessários à instauração das relações características ao sistema. Os mais variados métodos são utilizados na tentativa de restabelecer o padrão de dominação contestado, mas destacam-se os embargos, os golpes de Estado e as intervenções. Cumpre mencionar, inclusive, que tais medidas não são adotadas apenas contra países que levantam um desafio direto ao sistema, por intermédio da adoção de ideologias contestatórias, mas a quaisquer em que políticas sejam adotadas em oposição aos processos de apropriação global de mais-valia.

A experiência cubana iniciada em 1959, por exemplo, enfrenta desde sua gênese forte reação por parte da economia-mundo capitalista, não menos devido à sua proximidade geográfica em relação ao *hegemon* estadunidense. Assim, o país sofre um embargo econômico que lhe obstaculiza o crescimento econômico, além de constantes tentativas de assassinato contra suas lideranças, golpes de Estado e invasões. Apesar disso, e das limitações impostas pelos recursos naturais disponíveis em seu território, o projeto cubano alcançou altos níveis de educação e saúde, com desenvolvimento mesmo de vacinas contra cânceres, em um feito ainda não superado pelas potências ocidentais. Além disso, outros indicadores demonstram seu sucesso em elevar as condições de vida da população, como por exemplo os de segurança, habitação, alimentação e acesso às mais diversas formas de manifestações culturais. Também, Cuba demonstra clareza de seus objetivos no âmbito internacional:

Na lógica revolucionária cubana as ações desencadeadas tinham como

objetivo alcançar e defender uma independência real e, fundamentalmente, uma mudança social. Para tanto, a projeção externa também deveria seguir esse processo de transformação. Isso significava, em primeiro lugar, desafiar e superar a dependência e subserviência em relação aos EUA, que já se prolongava há mais de cinquenta anos. Os cubanos tinham clareza de que com isso teriam que enfrentar o isolamento e a hostilidade promovida pelos norte-americanos. No entanto, esta situação poderia ser contrabalançada a partir das relações com a URSS. A Revolução significou não apenas uma mudança em Cuba, mas também uma mudança na forma como o país passou a perceber seu lugar no mundo. O Estado cubano, de importância tradicionalmente menor nos assuntos globais, agora poderia (e deveria) se projetar e interferir na dinâmica internacional, com vistas ao fortalecimento de sua própria Revolução. Nesse sentido, a política exterior para Cuba sempre esteve muito além do simples estabelecimento de relações comerciais e diplomáticas. A conduta externa refletiu nos debates e formulação das políticas domésticas. Por outro lado, também refletiu na relação de Cuba com as duas superpotências, realidade que os cubanos tiveram que lidar até 1991. Por fim, serviu como base para uma nova identidade, que acompanhou a construção do Estado socialista e sua redefinição como um país do Terceiro Mundo (Pereira in Visentini et al. 2013, 259).

No mesmo sentido, Visentini (2013) aponta que a Coreia do Norte nasce a partir da intervenção da hegemonia estadunidense em seu processo revolucionário. A guerra que dividiu o país não só redundou em bloqueios econômicos, mas também em um longo período de não-reconhecimento do seu Estado, que só passa a integrar a Organização das Nações Unidas em 1991.

Mesmo assim, o país conquistou o domínio de tecnologias de alta complexidade, como a nuclear (tanto para uso civil quanto estratégico), e a superação dos desafios naturais que, aliados ao embargo econômico, impunham à região carestia de bens básicos. Além disso, a garantia de emprego e o provimento de serviços sociais à população assegurou nível e dignidade de vida. Eleva-se, dessa forma, a importância global do país, já que:

[...] na passagem para o século XXI, a Coreia passa a ocupar um espaço privilegiado no campo das decisões envolvendo a grande diplomacia. As quatro potências com as quais os dois Estados Coreanos têm que interagir mais diretamente passam por mudanças que afetam os destinos da península, conferindo um caráter estratégico, desta vez global, à região. A China continua se fortalecendo, e agora está associada à Rússia, tentando evitar uma ascendência desmedida dos EUA sobre a região. Este país, por sua vez, tenta reafirmar sua supremacia sobre seus velhos aliados, Tóquio

e Seul. Mas ambos são condicionados por necessidades econômicas que os direcionam para o polo de desenvolvimento da Ásia oriental, pois somente com certo grau de autonomia seu desenvolvimento pode prosseguir (Visentini 2013, 146).

Por sua vez, a República Popular da China não apenas logrou resistir aos avanços da economia-mundo capitalista, como também estabelecer ordenamentos alternativos em maior escala:

O impacto da inserção mundial da China é intenso, não apenas pela acelerada taxa de crescimento, mas pelo peso econômico e populacional do país, bem como por sua dimensão continental. O problema, entretanto, não diz respeito apenas ao peso da China, mas principalmente às características do projeto chinês. Trata-se de uma potência nuclear, com imensa capacidade militar, além do fato de tratar-se de um modelo de desenvolvimento de pretensões autônomas. A República Popular da China, graças à sua capacidade militar de dissuasão, armamento nuclear, indústria armamentista própria, tecnologia aeroespacial e de mísseis, bem como por ser Membro Permanente do Conselho de Segurança da ONU (com poder de veto) é o único país em desenvolvimento que se encontra no núcleo do poder mundial (Martins in Visentini et al. 2013, 116).

Assim, nota-se que a experiência socialista na China se iniciou em um contexto de resistência ao imperialismo japonês e de enfrentamento ao projeto nacionalista do Kuomintang. A proposta do Partido Comunista Chinês ganhou projeção com seus sucessos ao longo da Segunda Guerra Mundial e, findo o conflito e reiniciado o confronto com o Kuomintang, a partir da Grande Marcha. Nesta, as tropas socialistas em retirada continuaram a difundir sua ideologia, e sua persistência eventualmente tornou-se parte do imaginário popular.

Identifica-se que com a vitória dos socialistas na guerra civil chinesa e consolidação da República Popular da China, a economia-mundo capitalista relega o país ao mesmo isolamento de outros Estados revolucionários e, assim, até a década de 1970, são impostas ao país sanções que incluem bloqueio econômico e, mesmo com o restabelecimento das relações comerciais, diversas tentativas de contenção são realizadas, por exemplo através de estímulos a golpes de Estado. A partir daí são estabelecidas reformas com o objetivo de dinamizar a economia, haja vista que a construção do socialismo demanda condições materiais suficientes para o provimento de boas condições de vida a todos e para a defesa do projeto.

Dessa forma, ao controlar seu mercado financeiro e investimento

estrangeiro, demandando o compartilhamento de tecnologias quando do estabelecimento de empreendimentos em seu território, a China pôde desenvolver e dominar tecnologias de ponta (como a internet 5G) e contrapor em seu entorno estratégico a hegemonia estadunidense. Ao mesmo tempo, logrou perseguir os objetivos anunciados enquanto projeto socialista, combatendo a pobreza, melhorando as condições de vida da população, diminuindo a desigualdade entre campo e cidade e adotando práticas benéficas ao meio ambiente.

Os exemplos citados levam a refletir sobre as possibilidades disponíveis às periferias e semiperiferias de transformação econômica, política e social. Demonstram ser necessário pensar, em uma perspectiva do Sul geopolítico, alternativas que permitam a superação dos problemas impostos pela ordem sistêmica mundial, cuja estrutura impõe limites ao desenvolvimento autônomo dos países fora do centro pela necessidade de apropriação de mais-valia que sustenta o domínio destes sobre a economia-mundo capitalista mediante a divisão internacional do trabalho. Dessa forma, argumenta-se que o caminho para o desenvolvimento passa pelo desafio aos monopólios financeiros e tecnológicos que orientam os fluxos globais de capital, almejando maior igualdade entre os países e melhores condições de vida a toda humanidade.

Considerações Finais

Considerando, conforme Amin (1997), que a divisão internacional do trabalho permite que a mais-valia da periferia e semiperiferia seja apropriada pelo centro, graças ao monopólio sobre as tecnologias e as finanças, evidencia-se que o fluxo de acumulação de capital beneficia este em detrimento daqueles, dialeticamente assegurando a continuidade da diferenciação entre as regiões da economia-mundo capitalista, já que tal influxo de recursos permite a renovação dos instrumentos de domínio. Da mesma forma, cumpre lembrar que a semiperiferia também se apropria de mais-valia em sua relação com a periferia, lhe garantindo vantagens em relação a esta última.

Retomando Braudel, o advento da modernidade leva a economia a influenciar a sociedade, a política e a cultura mais profundamente. As proposições de Marx inspiram a análise nesse sentido, sublinhando a relação dialética entre a estrutura econômica e a superestrutura política e jurídica, ideológica. Assim, a drenagem de capital das periferias em direção ao centro sugere que as vantagens obtidas por meio deste processo ultrapassam as bases materiais, estendendo-se a todas as esferas da sociedade. Isso se dá de forma conflitiva e contraditória, como são as relações entre as classes, cujo papel é basilar para a construção e reprodução do modo de produção capitalista.

Assim, identifica-se que o desenvolvimento de determinada região está associado à sua capacidade de acumular capital, de acordo com sua inserção como origem ou destino dos fluxos de mais-valia global. Dessa forma, os países localizados no centro do sistema são categorizados como desenvolvidos; os países na semiperiferia são tratados como em desenvolvimento ou emergentes; e os países da periferia relegados à condição de subdesenvolvimento. Evidencia-se, inclusive, o sentido ideológico desta terminologia, particularmente no tocante a semiperiferia, já que é referenciada em uma situação que pressupõe a possibilidade de desenvolvimento autônomo nos marcos do sistema, fato não verificado empiricamente, haja vista que os únicos casos de ascensão ao centro se deram via desenvolvimento “patrocinado”, “a convite”, com autorização e apoio do centro, como anteriormente exemplificado pela Coreia do Sul.

A influência deste processo não se limita aos aspectos econômicos, mas estende-se também às demais esferas da sociedade. É por isso que os sistemas políticos, sociais e culturais das periferias devem ser influenciados, estabelecendo na superestrutura justificativas necessárias ao fluxo de capital internacional. Com esse objetivo, cumprem papel fundamental instituições e organizações internacionais, como exemplificam as de Bretton-Woods¹⁰ e a Organização Mundial do Comércio, que reestruturam questões basilares da polarização da economia-mundo capitalista como problemas técnicos, impondo às periferias soluções adequadas aos interesses do centro, portanto ideologicamente parciais, sob um matiz científico. Por isso, apesar de frequentes tentativas por países semiperiféricos e periféricos de se apropriar de seus fóruns para debater e construir alternativas que lhes beneficiem, barreiras estruturais se impõem e limitam a efetividade das iniciativas, como evidenciado pelas dificuldades enfrentadas pelos países menos favorecidos de fazer valer suas demandas nas Rodadas Uruguai e Doha da Organização Mundial do Comércio¹¹.

Consolida-se, assim, no nível superestrutural, a drenagem de recursos que perpetua a desigualdade necessária ao funcionamento da economia-mundo capitalista. Tal entendimento da relação dialética desses processos vai ao encontro de Wallerstein (2009) ao contestar as divisões entre as ciências sociais, e sugere que o enfrentamento aos desafios do subdesenvolvimento demanda a superação dos desequilíbrios sistêmicos imanentes ao funcionamento da economia-mundo capitalista. Afinal, sendo fundamental ao capitalismo, conforme propõe Marx (1996a, 1996b), a contínua acumulação de capital, de forma a permitir a constante revolução dos meios de produção que sustentam o sistema, e identificando-se a apropriação de mais-valia das periferias como importante fonte desta acumulação, evidencia-se a impossibilidade de funcionamento de uma economia-mundo capitalista

sem diferenciação entre suas regiões, já que tal desigualdade é o que permite a extração de mais-valia a nível global.

REFERÊNCIAS

- Amin, Samir. 1997. *Los desafíos de la mundialización*. El mundo del siglo XXI. México, DF: Siglo Veintiuno Ed.
- Arrighi, Giovanni. 1996. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- Arrighi, Giovanni, e Beverly J. Silver. 2001. *Caos e governabilidade no moderno sistema mundial*, por Giovanni Arrighi e Beverly J. Silver, 281–99. Rio de Janeiro: Contraponto/Editora UFRJ.
- Braudel, Fernand. 2009. *Civilização Material, Economia e Capitalismo: séculos XV-XVIII: O tempo do mundo*. Vol. 3. São Paulo: WMF Martins Fontes.
- Halliday, Fred. 1999. *Repensando as relações internacionais*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- Marx, Karl. 1971. *Contribuição para a Crítica da Economia Política*. Lisboa: Estampa.
- Marx, Karl. 1996a. *O capital: crítica da economia política - Livro primeiro: o processo de produção do capital*. Vol. 2. São Paulo: Nova Cultural.
- Marx, Karl. 1996b. *O capital: crítica da economia política - Livro primeiro: o processo de produção do capital*. Vol. 1. São Paulo: Nova Cultural.
- Osterhammel, Jürgen, e Niels P. Petersson. 2005. *Globalization: A Short History*. Princeton, N.J: Princeton University Press.
- Silver, Beverly J., e Eric Slater. 2001. “As origens sociais das hegemonias mundiais”. In *Caos e governabilidade no moderno sistema mundial*, por Giovanni Arrighi e Beverly J. Silver, 161–225. Rio de Janeiro: Contraponto/Editora UFRJ.
- Teschke, Benno. 2003. *The Myth of 1648: Class, Geopolitics, and the Making of Modern International Relations*. London New York: Verso.
- Visentini, Paulo Fagundes, Analúcia Danilevicz Pereira, José Miguel Quedi Martins, Luiz Dario Ribeiro, e Luiz Gustavo Gröhhmann. 2013. *Revoluções e Regimes Marxistas: rupturas, experiências e impacto internacional*. Porto Alegre: Leitura XXI/NERINT/UFRGS.
- Visentini, Paulo Fagundes. 2019. “Eixos do Poder Mundial no Século XXI: uma proposta analítica”. *Austral* 8 (15): 9–25. <https://seer.ufrgs.br/austral/article/view/91767/52900>.

- Wallerstein, Immanuel. 1992. *Geopolitics and Geoculture: Essays on the Changing World System*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Wallerstein, Immanuel. 2003. "U.S. Weakness and the Struggle for Hegemony". *Monthly Review* 55 (3): 1-7.
- Wallerstein, Immanuel. 2009. "World-Systems Analysis". In *World System History*, por George Modelski e Robert Allen Denemark, 13-26. Oxford, U.K.: Eolss Publishers.

RESUMO

O presente trabalho analisa a noção de desenvolvimento na Teoria do Sistema-Mundo como produzido pelo fluxo de apropriação de mais-valia global, via da divisão internacional do trabalho, fundamentando as divisões entre centro, semiperiferia e periferia na economia-mundo capitalista. Objetiva, assim, explorar como a apropriação em nível global de mais-valia na economia-mundo capitalista produz variações no nível de desenvolvimento das suas diferentes regiões. Para tanto, contextualiza-se e conceitua-se seus elementos nas dimensões espaciais e temporais. Define-se mais-valia e a forma de sua acumulação global, e nesse sentido explora-se a sucessão de hegemonias capitalistas, em sua relação dialética com o andamento do sistema, permitindo abordar a divisão internacional do trabalho, e como o monopólio sobre finanças e tecnologias permite ao centro do sistema consolidar uma estrutura que assegure a transferência de capitais e mais-valia das outras regiões a este. Conclui-se, assim, que o desenvolvimento de determinado país ou região na economia-mundo capitalista depende de sua capacidade de acumulação de mais-valia em nível global. Adicionalmente, observa-se que as condições impostas pela estrutura do sistema impedem iniciativas de desenvolvimento autônomo em seus marcos, sendo necessário com elas romper para que um projeto do tipo seja possível. Essa perspectiva constitui a avaliação dos processos revolucionários socialistas como as experiências históricas que foram capazes de alterar a correlação de forças no sistema mundial contemporâneo.

PALAVRAS-CHAVE

Teoria do Sistema-Mundo; Economia-Mundo Capitalista; Mais-Valia Global; Divisão Internacional do Trabalho; Desenvolvimento; Revoluções.

Recebido em 20 de janeiro de 2020

Aceito em 31 de outubro de 2020